

HABEAS CORPUS Nº 570.414 - ES (2020/0079134-6)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : LORRANY DE OLIVEIRA RIBEIRO RUELA
ADVOGADO : LORRANY DE OLIVEIRA RIBEIRO - ES020049
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PACIENTE : FILIPE FARAGE PRETTI (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de FILIPE FARAGE PRETTI apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (Ação Penal n. 003670367.2019.8.08.0000)

Segundo consta dos autos, o paciente foi preso cautelarmente em 13/11/2019 e denunciado pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 317 e 288, c/c 71, todos do CP (e-STJ fls. 50/51).

Contra essa decisão, impetrou *habeas corpus* na Corte estadual, que, segundo informa, encontrava-se pronto para julgamento, inclusive com data prevista para o dia 18/3/2020.

Na presente oportunidade, a defesa alega "*que, devido a pandemia do corona vírus o julgamento foi suspenso e o acusado permanece preso, sem ter sequer previsão de julgamento* (e-STJ fl.4). Ressalta que o paciente ostenta condições pessoais favoráveis, "é servidor público estadual vinculado à Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS, desde o ano de 2009", com família constituída, policial militar

Reafirma, ademais, que não estão presentes os requisitos legais que autorizam a restrição total da liberdade, previstos no art. 312 do CPP, configurando a prisão uma clara violação do princípio da presunção de inocência, sobretudo porque a regra, no nosso ordenamento jurídico, é a liberdade.

Superior Tribunal de Justiça

Diante disso, requer em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente, ou a substituição por prisão domiciliar.

É o relatório. **Decido.**

Não há como prosseguir a irresignação. Isto se dá porque o *writ* foi deficitariamente instruído. Embora o julgamento do mérito do *habeas corpus* originário estivesse previsto para o dia 18/3/2020, a defesa não juntou sequer a decisão liminar do Relator, inviabilizando o exame de eventual ilegalidade na prisão que justificasse a superação do enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Ora, "[a] *jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de inadmitir o conhecimento de habeas corpus, não instruídos os autos com peça necessária à confirmação da efetiva ocorrência do constrangimento ilegal*" (AgRg no HC n. 168.676/BA, Relatora Ministra ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 29/11/2019, DJe 11/12/2019).

No mesmo sentido, esta Corte assentou que, "[e]m sede de *habeas corpus*, a prova deve ser pré-constituída e incontroversa, cabendo ao impetrante apresentar documentos suficientes à análise de eventual ilegalidade flagrante no ato atacado" (AgRg no HC n. 549.417/SC, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 10/12/2019, DJe 17/12/2019).

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o pedido.

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator